

**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA**  
**ATA DA 94ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Prefeitura, com início às quinze horas em primeira convocação, e às quinze horas e trinta minutos em segunda convocação, realizou-se a 94ª reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sob a presidência de Angela Maria Macuco do Prado Brunelli a presença dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, cujas assinaturas constam da lista de presença anexa, com justificativa de ausência de Cecília dos Santos e Victor Ribeiro. A presidente em exercício agradeceu a presença de todos e informou que a reunião é conjunta com a 84ª reunião do CMSA, Conselho Municipal de Saneamento Ambiental, e convidou Telma Magro para secretariar. As atas das 92ª e 93ª reuniões foram dispensadas a leitura e aprovadas, com abstenção de Cristiane Lujan na aprovação da ata da 92ª, e foi informação de que o valor gasto pelo FUNDEMA, citado na linha 19 da ata da 93ª reunião, será informado na próxima reunião. Em seguida Angela informou a pauta da reunião, com os seguintes assuntos: EIV do Edifício Moacyr Caldeira Filho (Pittelli & Pittelli Eng Ltda-ME) – correções; EIV do Supermercado Savegnago – correções; EIV do Condomínio Eldorado (Construtora CTU); EIV Revenda de gás GLP - Classe IV (Wilian Cezarini); Exigências técnicas para elaboração de EIV; Eleição do COMDEMA; e outros assuntos. Angela iniciou a reunião e pediu inversão da pauta para discutir uma solicitação de uso dos recursos do FUNDEMA, Fundo Municipal do meio Ambiente, e pediu permissão para utilização do recurso, no valor orçado de R\$ 260,00, para conserto de radiador de caminhão utilizado na manutenção de estradas, como a BBD 030 e BBD 252, do Programa Melhor Caminho, e abertura do desvio de Nades, na BBD 040, o que foi aprovado por todos. Cristiane Lujan sugeriu que fosse feita a pré análise dos EIVs por um profissional com especialização na área ambiental, e aprovação final em reunião; Angela considerou que os apontamentos dos outros conselheiros também deverão ser considerados e destacou a importância de se definir os tipos de EIVs por risco; Camila sugeriu classificar o risco pelos CNAEs, mas Angela observou que além do CNAE, deve ser considerado o porte da empresa ou empreendimento, e solicitou fosse analisado os critérios apresentados no modelo de deliberação enviado por e-mail; Telma sugeriu que quando se tratar de apresentação da correção de EIV analisado, as correções fossem apresentadas pelo autor do EIV durante a reunião, e antes da reunião, o EIV deverá ser enviado por e-mail, com destaque em amarelo nas partes corrigidas, a fim de agilizar a releitura. A seguir passou a ser discutido o EIV do Moacyr Caldeira Filho, já analisado na 90ª reunião do dia 30/12, e Ricardo Coelho, autor do estudo, informou que a certidão do SAAEB não esclarece a responsabilidade de execução do coletor tronco de esgoto; foi observado que o EIV corrigido não indica em planta onde está localizado os 5% de área verde, e os 5% de área permeável, apesar de ter sido apresentado o projeto do reservatório de contenção de enchente; Ricardo pediu fosse feito um ofício para o empreendedor e ao SAAEB com as solicitações; foi observado que é necessário que conste nas certidões as obrigações do empreendedor, sob risco de improbidade administrativa caso sejam executadas pelo poder público; Angela observou que os EIVs devem ser cuidadosamente analisados, para em caso de questionamentos futuros; o EIV foi aprovado, condicionado a apresentação de planta com indicação das áreas verde e permeáveis, e a definição da responsabilidade de execução do coletor tronco. A seguir passou a ser discutido o EIV do Supermercado Savegnago, e Nair Quadros, uma das autoras do estudo, fez a apresentação das correções; apresentou o item 5, onde foi incluído o critério de influência; no item 5.3.1 foi indicado os pontos de ônibus, as linhas de transporte coletivo e um mapa; no item 5.6 foi esclarecido que o compressor e gerador existentes suprirão as necessidades da ampliação, e será feita uma proteção com placas acústicas envolta da laje onde estão instalados hoje os equipamentos de climatização da loja e de refrigeração da câmara fria; informou que foram feitas medições de ruído com decibelímetro no período noturno, e constatado bastante ruído de fundo, vindo da rodovia, de caminhões, e de motos na avenida; a tabela 1 da página 30 foram acrescentadas os valores de referência no período noturno, conforme NBR 10.151, e os valores medidos no período noturno; no item 5.7.4, da página 36 foi incluído parte do mapa PD18 da

LC 122/17, e a categoria da Avenida Quito Stamato apesar de classificada como arterial primária, foi analisada conforme a estrutura existente, sendo ponderado os valores de medição entre coletora primária e arterial primária; os valores de ajustamento de largura de faixa foram corrigidos e recalculados; no item 5.7.5 foi apresentada uma conclusão final, com os comparativos dos valores calculados e os de referência para cada via do entorno do empreendimento; no item 5.9 foi informado que a altura máxima da edificação é 8,75 m, e acompanha a inclinação do terreno, seguindo o padrão e altura do prédio existente; no item 6, no quadro 05, foram alteados os itens do tema ruído, vibração e sons; no item 6.2 foi acrescentado os impactos negativos no aspecto sobre ruído, sendo informado que o gerador será acionado somente na falta de energia elétrica; no item 7.3 foi acrescentada a mitigação de ruído, com a instalação de placas de isolamento acústico no entorno dos equipamentos; no item 7.6 foi informado que existem pontos de ônibus e a demanda será atendida; no item 8, quadro 11, foi acrescentado que no Plano de Monitoramento será feita a manutenção dos equipamentos existente para controle de ruídos; a figura 3 com imagem da planta do empreendimento foi substituída por uma imagem com maior nitidez, e anexada uma planta completa na escala de 1:100, por fim ficou aprovado o EIV do Supermercado Savegnago. A seguir foi analisado do Condomínio Eldorado, da Construtora CTU, com a presença do Iberê Rodrigues Fernandes; Telma observou que a área construída excede o coeficiente de aproveitamento básico, que permite até 720 m<sup>2</sup>, e foi informado que a área aprovada de 999,36 m<sup>2</sup> foi aprovada pelo coeficiente de aproveitamento máximo através do instrumento de política urbana outorga onerosa; foi observado que a área construída indicada no projeto não considerou toda a área do térreo, em atendimento ao artigo 124 da LC 122/17, que diz que só não considera a área do térreo no cálculo do coeficiente de aproveitamento, quando se trata pilotis, com fechamento somente para a caixa de escada e elevadores, mas Angela disse entender que parte do térreo é usada como estacionamento, e Telma observou que pode ser considerado o artigo 128 desta lei, que permite que não seja calculada a área de estacionamento do térreo, quando essa área não atinge a metade do coeficiente de aproveitamento, e no caso a área coberta do térreo é de 322,04 m<sup>2</sup>, e a metade da área do coeficiente de aproveitamento é 360 m<sup>2</sup>; foi observado que as plantas das páginas 6,7,8 e 9 estão com pouca legibilidade, devendo portanto serem trocadas, ou anexada planta plotada; a tabela de área da página 5 não cita a área permeável, e também não foi indicada em planta; foi solicitado seja acrescentado informações sobre a acessibilidade, quanto ao acesso no térreo, a adaptação de quarto e banheiro para cadeirante, e vaga acessível; na cobertura, a projeção de cobertura indicada deve ser incluída no quadro de áreas aprovada, independente de poder ser incluída na diferença de 10% das áreas construídas; foi solicitado seja corrigida a tabela 3, de equipamentos comunitários, em função da área de abrangência, podendo ser usado um raio de 500 m; na página 10 a população citada deve estar no raio de abrangência; no item 5.e da página 13, foi citado o fundo do SAAEB, e informado que não existe, devendo ser citado que será atendido o artigo 200 da LC 122/17, quanto ao depósito do valor correspondente das obras de responsabilidade do empreendedor, no caso referente ao valor proporcional a ampliação da ETE do Mandembo, no FMDE, Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, valor esse a ser calculado por técnicos da prefeitura; no item 5.f deve ser reconsiderada que a infraestrutura de água pluvial existente no Parque Eldorado, em função do que realmente está executado; a caixa de contenção de enchente, deve ser justificada pela lei estadual 12.526/07, ao invés da lei 13.276/02 da cidade de São Paulo; deve ser corrigido os bairros que confrontam com o empreendimento; no item 5h deve ter o título alterado para 'resíduo sólido', e deve ser citado que haverá depósito de lixo, e indicado em planta também, devendo ser citado que a separação do lixo deve ser feita em reciclável, orgânico e rejeito; foi recomendado seja feito o plano de gerenciamento de resíduos sólidos, tanto para a fase de implantação como de operação do empreendimento; na página 20, onde trata da fauna e flora, deve ser criado um título para esse assunto, e considerado as espécies nativas de árvores plantadas na região, além das espécies exóticas citadas, assim como a fauna, que provavelmente não se restringe à pássaros; o item 7 deve indicar os usos dos imóveis vizinhos e a interferência ou impacto no valor imobiliário dos imóveis vizinhos, seja positivo ou negativo; no item 8 da página 22, a descrição da capacidade

106 e nível do serviço de tráfego não está embasada em cálculo, e não cita a metodologia; o item  
107 8c, a classificação da via é baseada na tabela de classificação de vias das tabelas 6 e 7 do  
108 boletim técnico da CET/SP, da cidade de São Paulo, mas deve citar a classificação da LC  
109 122/177, citada no mapa PD18 e quadro 01 do anexo 02; no item 11 não cita alguns impactos  
110 negativos e suas medidas mitigadoras, como a desvalorização imobiliária, geração de tráfego,  
111 geração de resíduos, o incremento nos equipamentos urbanos, dentre outros; o EIV deverá ser  
112 reapresentado com as correções solicitadas. A seguir foi informado que não houve neste  
113 período reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo Grande, CBH-BPG, sendo  
114 iniciadas as reuniões da Câmara Técnica de Planejamento através de videoconferência, para  
115 discutir e pontuar os projetos apresentados pelos futuros tomadores de recurso da compensação  
116 e da cobrança pelo uso da água. Angela perguntou se alguém gostaria de fazer uso da palavra,  
117 e não havendo mais nada a tratar, deu a reunião por encerrada, agradecendo a presença de  
118 todos. Eu, Telma Alves Magro, lavei a presente ata, que será por mim assinada e pela  
119 presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, no dia quatro do mês de junho do ano  
120 de dois mil e vinte.

**Angela Maria Macuco do Prado Brunelli**  
Presidente em Exercício do COMDEMA

**Telma Alves Magro**  
Secretária